



PODER PESSOAL E CULTURA POLÍTICA NO SUL DE MINAS NO PERÍODO REGENCIAL E PRIMEIRO DECÊNIO DO SEGUNDO REINADO

Isaías Pascoal*

Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – MG

ipascoal@uol.com.br

RESUMO: Este artigo investiga o processo de constituição da forma de pensar e operar a política no sul de Minas no período que vai do início do Período Regencial ao fim dos anos 40 do século XIX, tornando-se modelo para as gerações futuras. Marcada pela adesão incondicional ao projeto político dos liberais moderados, hegemônicos no cenário político brasileiro, a elite social dominante no sul de Minas erigiu uma visão de mundo e das relações sociais marcadamente conservadora e governista, ancorada em seu poder pessoal avultado pela ausência de uma sociedade mais bem estruturada e institucionalizada politicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Poder – Personalismo – Dominação

ABSTRACT: This article researches the process of constitution of the way of thinking and making politics in the south of Minas, between the Regencial age to the end of the 40's in XIX century, becoming a model for the future generations. The social elite supported the political project of the Moderated Liberals, political group that dominated the scene at the moment, of an unconditional way. Thus, it made a conservative perspective and it guaranteed support to the government, based in the personal power increased by the lack of a stronger structured and politicaly institutionalized society.

KEYWORDS: Power – Personalism – Domination

Desde a abdicação de D. Pedro I ao trono do Império Brasileiro, em abril de 1831, uma sucessão de crises sociais e políticas colocou o desafio de evitar o caos e impedir a desordem aos novos setores que assumiram o poder a partir de então. Aos liberais moderados, grupo composto pela elite social, política e econômica do Brasil, coube o desafio histórico de institucionalizar o Estado, evitar a sua fragmentação territorial e impedir a desordem social. No imbróglio político que se seguiu, muitos liberais da primeira fase do período regencial se tornaram conservadores. Para eles, a

* Mestre em Sociologia e Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP.

superação da crise política e social só seria possível com a constituição de um aparelho de estado centralizado e o uso de instrumentos necessários, quaisquer que fossem, para coibir o que consideravam desmandos.

A reação política operada pelos regressistas desde 1837 e aprofundada por D. Pedro II, desde a sua ascensão ao poder com a imposição da maioria em 1840, iniciou o processo de superação da crise político-institucional em que vinha mergulhada a sociedade brasileira desde a independência. Era a indicação de que o Estado-nacional se institucionalizava, após uma era de lutas e projetos de forças sociais com diferentes visões sobre o processo.¹ Ao findar a década de 40, pode-se dizer que o seu arcabouço jurídico-institucional estava completado, segundo a visão dos Saquaremas,² com o aparelho de Estado centralizado no Rio de Janeiro, embora os liberais pouco fizessem para modificar esta construção nos momentos em que foi alçado ao poder.

A derrota da revolução Praieira, em 1848, sinalizou o fim de uma época. As grandes questões políticas que haviam sido colocadas por toda a década de 20, 30 e início da de 40, estavam superadas. A lei de interpretação do Ato Adicional em 1840 e as leis de 23 de novembro e 3 de dezembro de 1841 formaram a estrutura jurídico-institucional que serviu de base para todo o segundo reinado. Outras questões, não mais ligadas às antigas querelas políticas, vão sendo colocadas em pauta. Sinal de uma outra época que estava aparecendo, com novas problemáticas e soluções. Os políticos que estiveram em cena nos anos anteriores vão desaparecendo. No início da década de 50, já não estão presentes um Feijó, Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Bento, José Custódio Dias, e em 1856 desaparecerá Honório Hermeto Carneiro Leão, personagens de proa de uma época que já se fazia distante.

O malogro da Revolução Praieira pusera em evidência o final do radicalismo... Os espíritos reclamavam moderação e prudência. O país carecia de estradas de ferro, navegação a vapor, estabelecimentos bancários, serviços públicos que atendessem a nova fisionomia da sociedade. Na ordem do dia figuravam medidas utilitárias.³

¹ Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**; Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 229-230.

² MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema, a formação do estado imperial**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 251.

³ MERCADANTE, Paulo. **Consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 137. Cf. também em NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 172. v 1.

A busca da conciliação, objetivo proposto por D. Pedro II e realizado pelo Marquês do Paraná, exprime o sentimento de um novo tempo, materializado na busca do conagraamento político: “Atinge-se a estabilidade em que se confundiam liberal e conservador...”⁴

Justiniano José da Rocha, na sua visão da história cíclica, baseada na Ação, Reação e Transação, demonstra como os tempos eram outros:

E que movimento social era esse que todos os políticos pressentiam, a que obedeciam, que lhes fazia abandonar as suas posições de vencedores, senão o resultado da convicção íntima do país de que estavam extintas todas as paixões, acabadas todas as lutas do passado?⁵

Em Minas, já em 1847, o presidente da província expressava:

O bom povo mineiro goza de paz... que parece dominar a época presente; e pelo espírito de tolerância, que felizmente aparece por toda a parte...⁶

Os grandes confrontos com os inimigos da nação, era assim que as forças dominantes no sul de Minas interpretavam os caramurus e os exaltados, não mais voltariam a ocorrer. A grande mobilização para derrotar os rebeldes de 1842 foi a última do gênero. Essa fora uma época de identificação dos interesses próprios com os da coletividade. Eram os únicos considerados válidos pelas forças políticas dominantes. Estavam acima de interesses mesquinhos, porque identificados com o patriotismo na defesa da nação e da construção do Estado Nacional, nos moldes como os moderados e, depois, os regressistas o estruturaram. Agora, no momento em que essa fase se completa, tem início uma nova dinâmica.

Ela coincide com o cruzamento de dois processos. O fim dos conflitos para estruturar o Estado Nacional e a plena maturidade sócio-econômica e política da sociedade no sul de Minas. A partir do final da década de 40, já não estão mais em questão as discussões políticas dos primeiros tempos pós-independência. A sociedade sul-mineira não está mais em fase de constituição e definição do seu perfil político,

⁴ MERCADANTE, Paulo. **Consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 141. Para o autor, a moderação era a nota do espírito conservador vitorioso desde o período da independência.

⁵ ROCHA, Justiniano José da. Ação, reação, transação. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. (Org.). **Três Panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956, p. 216.

⁶ SILVA, Quintiliano José da. **Fala Dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de MG**. Sessão Ordinária de 1847, Arquivo Público de Minas Gerais.

econômico e social. É uma sociedade agrária, produtora de artigos destinados ao abastecimento interno, consumidos no local de produção e vendidos nos mercados regionais, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1884, num outro momento da sua evolução, fora do âmbito deste artigo, o *Almanak sul- mineiro* indica que a transação comercial, exceto pelo espaço cada vez maior que o café conquista, se faz nos moldes definidos desde o início do século XIX.

A sua estrutura social é definida pela hegemonia de grandes proprietários de terra, escravistas, que não raras vezes enveredam pelo comércio, grandes comerciantes que muitas vezes se tornam proprietários de terra, magistrados e profissionais liberais que mantêm profundas ligações de parentesco, ideológicas e partidárias com eles, constituindo uma teia de dominação, que além de garantir o poder político, realça o seu poder de controle, de apadrinhamento, de condução e liderança social e política.

Os setores dominantes no sul de Minas gozam a supremacia que sua posição social lhes permite. A “pacificação” política verificada após o final da década de 40, criou as condições para o exercício em plenitude do seu prestígio social e do seu poder econômico e político.

Esse processo ocorreu em todo o país. Richard Graham revela a nova dinâmica política dos poderosos na nova circunstância.⁷

Todos eram enredados num processo constante de troca mútua, embora desigual. Em suma, a elite mantinha a ordem social por meio de uma visão (geralmente compartilhada) de que a obediência fazia jus à proteção.⁸

Esta nova conjuntura⁹ abre espaço à consolidação de uma nova forma de vivência e exercício do poder, que já vinha se insinuando nos tempos anteriores, mas só agora desabrocha. Ao analisá-la, transparecem duas vertentes.

⁷ Cf. GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFJR, 1997.

⁸ Ibid., p. 43.

⁹ Situação em que a luta pela institucionalização do estado se completa e o amadurecimento sócio-econômico e político das forças sociais dominantes no sul de Minas se cruzam.

O PODER PESSOAL COMO INSTRUMENTO DE ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

A posse de bens materiais capazes de garantir a reprodução da vida material e das relações sociais a ela inerentes assegura às forças sociais dominantes no sul de Minas a capacidade de demonstrar e exercer o poder pessoal. Numa sociedade marcada pelo baixo grau de institucionalização da vida jurídica e política, onde o primado da lei e das regras ainda não havia se imposto, os que possuíam bens materiais e, por isso, ocupavam imediata ou mediatamente os cargos políticos e os da administração pública, tornavam-se os dispensadores de favores e proteção.

A posse de bens materiais era fundamental para a capacidade de uma pessoa se colocar como potentado. Desfrutava do respeito dos outros, inspirava temor e reverência na medida em que possuía os instrumentos para punir ou proteger. Associado ao poder material estava o poder político. O sistema eleitoral da época, censitário e indireto, colocava só aos que desfrutavam de riqueza a possibilidade de galgar os cargos mais importantes da política. Na medida em que isso era conseguido, pela própria pessoa, ou por um seu protegido, ela passava a dispor de um grande poder de estruturar a vida social. Os seus parentes, ou protegidos, ocupavam os cargos públicos, preenchidos sem critérios técnicos e burocráticos, criando uma teia de poder reforçadora do caráter personalista de toda relação social da época. O ritual da lei não estava implantado e a burocratização da vida política não havia se estabelecido. Não havia na cultura política da sociedade sul- mineira, nem na brasileira, a

... crença na validade de um estatuto legal e de uma competência positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conformes ao estatuto estabelecido.¹⁰

Essa situação suscitava da parte de toda sociedade, sobretudo dos que não possuíam bens materiais, vale dizer, riqueza, a expectativa do exercício do poder como forma de dispensar favores e proteção. Era uma sociedade muito simples, que vê qualquer forma de relacionamento sob a ótica do pessoal. Para ela, era a única norma de vivência política. A vida política carecia do ritual democrático da obediência às leis e da força das instituições, que, em funcionamento, não se separam da pessoa que as

¹⁰ WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 4 ed. Brasília/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Cultrix, 1983, p. 57-58.

encarna. A experiência diária de toda população confirmava a força do pessoal. Regras eram burladas, leis desobedecidas, criminosos protegidos, inocentes castigados, vingança para os recalcitrantes, troca-troca de funcionários públicos e a experiência brutal em si, mas normalizada socialmente, da escravidão. Saint-Hilaire, em viagem por Minas, revelava a não-aristocratização dos proprietários mineiros. Alguns até conviviam no trabalho com os seus escravos, mas se assustava com a distância que os separava dos seus senhores:

Ficam os escravos a infinita distância dos homens livres, são burros de carga a quem se despreza, acerca de quem se crê só podem ser levados pela arrogância e ameaças. Um brasileiro, assim, poderá ser caridosíssimo para com um homem da sua raça e ter muito pouca pena de seus negros a quem não consideram como semelhantes.¹¹

O próprio acesso à terra revelava a força do personalismo. O próprio Saint-Hilaire faz uma reflexão muito esclarecedora a esse respeito. Revela como o rico, com poder de influência e conhecedor dos caminhos adequados, pedia terras para si e para os membros da família, adquirindo grandes extensões de terra por pura especulação. Já os pobres, fora do circuito do poder, têm acesso precário a ela, que pode ser reclamada a qualquer momento por algum potentado, o que lhes força a buscar proteção e, subservientes, se colocar sob o poder e o arbítrio dos ricos.¹² Situação precária, geradora de tensões, como se percebe na resposta que a Câmara Municipal de Campanha deu aos pedidos de informações por parte do Conselho do Governo de Minas, em 1825, sobre o seu termo:

Todo o terreno está dominado por poucas sesmarias e muitas posses ... e se... acham sem cultura ou benefício algum, porque... os dominadores fazem estanque de 2, 3 e 4 léguas de terra, que jamais podem aproveitar ... sendo os ricos os que abrangem maior terreno em despeito dos pobres... Assim como nas medições de sesmarias se tem abrangido imensas terras alheias apossadas. E cultivadas por pessoas miseráveis, que não têm forças para se oporem, até por terem contra si algumas leis que lhes impedem o oporem-se sem título...¹³

Precariedade como o exemplo citado por Eschwege, e relatado por Saint-Hilaire, dos agregados que viviam na fazenda do Pompeu, que foram escorraçados de lá, após indisposições com a proprietária. Num cálculo que bem revela a força dos laços

¹¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1974, p. 51.

¹² Ibid., p. 24-25.

¹³ **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano 1, fascículo 3, julho-setembro de 1896, p. 624.

personais, os agregados tomam por padrinhos de seus filhos os proprietários da terra, para prendê-los por laços religiosos e tornar sua situação menos instável. No comentário que faz à ação da proprietária, ele a censura pelo uso da força indiscriminada que os expulsou a todos da sua fazenda, queimando suas casas.¹⁴

A lei não tem força para se fazer valer onde os poderosos dominam. O assassinato do senador José Bento em Pouso Alegre, em 8 de fevereiro de 1844, e o processo criminal que se seguiu, constituem uma peça que revela profundamente a força dos laços pessoais como determinantes das relações sociais, formadores de expectativas que fortalecem o gosto pelo mando, a necessidade de buscar proteção como forma de fugir à fugacidade das relações sociais, que só aparentam maior estabilidade quando ancoradas numa forte relação com um poderoso, seja para escapar ao recrutamento, à vingança, seja para alcançar um emprego público, ou galgar uma posição política. O filtro de tudo é o poder que emana de alguém capaz de dispensar apoio e proteção.

José Bento morreu assassinado por dois tiros desferidos por Balthazar e seu irmão Dionísio, apoiados pelos seus irmãos Antônio, Joaquim e João do Carmo. Era uma família que tinha muitos atritos com o senador por motivos de desentendimento sobre divisas de terra e provocações de parte a parte, embora os irmãos estivessem socialmente muito distantes dele. O clima de intriga parece ter sido aproveitado pelos poderosos de Pouso Alegre, inimigos políticos do senador e militantes do partido Conservador. Embora ameaçado de morte, José Bento nunca os temeu. Talvez confiasse na sua posição de alto personagem da política brasileira. Ausente de Pouso Alegre por dois anos, para lá se dirigiu em Janeiro de 1844, a despeito das advertências de seus colegas. Muito provavelmente, os irmãos que o assassinaram foram instigados pelos poderosos do local, que dominavam todos os cargos públicos da vila, confiantes de que seriam protegidos. Consumado o assassinato, a população o ligou aos comandantes do partido Conservador. O processo criminal, a despeito da figura nacional de José Bento, seguiu de forma irracional e irresoluta, encerrando-se de forma arbitrária em 1854. Protelações diversas, substituições de delegados e juizes que encabeçariam o inquérito e o processo criminal, deram a tônica do teatro. Nenhum grande nome associado ao

¹⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelos distritos dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1974, p. 123.

assassinato do senador foi indiciado, apesar de evidências da participação de altos escalões do partido Conservador.¹⁵

Se isso ocorreu com o senador, uma pessoa influente no cenário nacional, o que imaginar em relação aos que não dispunham de nome e poder?

Ferreira de Rezende relata a experiência desse poder nas mãos dos que têm os meios para exercitá-lo. Sua família era composta por gente poderosa. O seu avô e o seu pai foram proprietários de terra. Ao descrever a vida na fazenda, ele expressa o poder dos que são ricos:

O fazendeiro, esse era livre; tudo lhe era permitido; e se ele não usava e não abusava do seu poder e da sua liberdade, era unicamente, porque em geral, os seus costumes eram mais ou menos puros [...] a família do fazendeiro passava todo o dia num vasto salão, onde a dona de casa, sentada sobre um estrado como uma rainha sobre o seu trono, via-se cercada de toda a sua corte que eram as filhas a coser e a bordar junto dela, e em roda do salão e um pouco mais longe, uma grande fila de escravas que se empregavam em diversos misteres...¹⁶

O próprio Ferreira de Rezende, ao se tornar juiz municipal e de órfãos na cidade de Queluz, acumulando a função de delegado e juiz de direito, sentiu a força de pressão das relações de parentesco e de amizade pesando sobre as decisões de um magistrado. Embora ele tenha resistido e feito cumprir a lei, a sua atitude foi tomada como extemporânea, e ele não foi reconduzido ao cargo após o fim do seu quadriênio.¹⁷

Um jornal de Campanha denuncia o arbítrio cometido contra o cidadão Joaquim de Salles Cunha, homem sem poder e exposto à vontade pessoal de uma autoridade, que usa do poder para o próprio bem. Joaquim Salles foi recrutado, passou vários dias na cadeia, apesar de doente: era possuidor de “papo” (bócio) enorme. Foi solto e teve de trabalhar para o poderoso, que os jornais campanhenses chamam “barrigudo”,¹⁸ sinônimo de poderoso e dispensador de proteção, que o libertou.¹⁹

¹⁵ Toda essa narração se baseou nas pesquisas de QUEIRÓS, Amadeu de. **O senador José Bento**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933. p. 133-163. Uma rica pesquisa, reveladora das intrigas, das protelações e ações na surdina, em torno do assassinato do senador.

¹⁶ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1988, p. 178.

¹⁷ Ibid., p. 337-344.

¹⁸ Em vários jornais aparece o termo “barrigudo” e “barrigudismo”, como sinônimo de homem poderoso que usa o poder para se promover, dando “proteção” aos fracos e desvalidos.

¹⁹ Jornal **O Sapucahy**, n. 118, abr. 1867.

O recrutamento foi uma arma poderosa nas mãos das autoridades para a perseguição aos adversários e seus seguidores.

O jornal *O Recopilador Mineiro*, numa longa correspondência de um leitor intitulado “um guarda nacional”, em que denuncia o uso dos cargos de autoridade para a imposição da própria vontade, nomeação de parentes e apaniguados, fere uma nota que expressa o fulcro da questão:

Assim se fazem as coisas, Sr. Redator, cá por este mundo [capela de Santa Rita, entre Pouso Alegre e Itajubá]; e se o governo da província não lançar vistas sobre esses logares remotos, a preciosa instituição das Guardas nem prestará os frutos, que dela se esperavam, nem as Guardas serão ao menos nacionais, mas sim propriedade das famílias poderosas do lugar.²⁰

Numa sociedade onde a obediência às regras estabelecidas não é uma atitude, nem se transformou num ritual, a lei se expressa na pessoa que a encarna, exibindo à sociedade que a sua eficácia não se separa do poder pessoal. Essa é uma experiência cotidiana que vai se incrustando na cultura política de toda a sociedade. Agir assim se torna uma atitude normal, criando a aceitação do pessoal como local do poder, incentivando a busca de proteção pelos que não têm meios de se valer, ao mesmo tempo em que promove os que os possuem à condição de protetores, criando um círculo vicioso difícil de ser rompido. O favor se torna a mediação necessária das relações sociais.

O favor é nossa mediação quase universal ... O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais.²¹

As relações de dependência, proteção, favor, se encadeiam numa pirâmide que se estende até o imperador. Ele é o que tudo vê.²² A ele procuram agradar e reverenciar os políticos, que na outra ponta dependem do apoio dos figurões locais, que por sua vez, deles dependem e dependem dos seus protegidos, criando uma teia onde a proteção e a dependência do outro se tornam o viés fundamental das relações políticas e sociais.²³

²⁰ Jornal **O recopilador mineiro**, n. 87, de 11 dez. 1833.

²¹ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992, p. 16.

²² MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema: a formação do estado imperial**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 193-218; NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 162-163, 170-171.

²³ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFJR, 1997, p. 101; embora todo o livro revele a força do poder pessoal como forma de constituir clientela, a grande preocupação dos políticos da época imperial.

A POLÍTICA COMO LOCUS PRIVILEGIADO DO EXERCÍCIO DO PODER PESSOAL

O sistema eleitoral brasileiro, censitário e indireto, consagrava o poder dos que possuíam riqueza, canalizando-o para a esfera política, onde a sua influência passa a ser exercida pela ocupação de cargos políticos e postos importantes na administração, pessoalmente ou por meio de indivíduos ligados à sua esfera de influência, aumentando a sua capacidade de dispensar proteção, apadrinhar favorecidos, carrear favores, executar a vingança, perseguir adversários, formando clientelas e ampliando a sua capacidade de reproduzir a sua vida material e social.

O domínio de setores importantes da aparelhagem político-administrativa amplia a capacidade de reprodução da patronagem e do favorecimento, que, em nível local, no interior da fazenda, têm limites naturais evidentes. A participação nas esferas política e administrativa coloca um instrumental com amplas possibilidades de uso e abuso por parte dos poderosos: o Estado. Ele se transformou no instrumento salvador dos que não tinham como ganhar a vida, a não ser se empregando em suas repartições, dos que precisavam formar clientelas para sobreviver no mundo fugaz da política e dos decaídos socialmente. Estado-providência ao qual todos recorrem para fins particulares. Uma forma de patrimonialismo em que a confusão entre público e privado é por demais loquaz. Dizia Joaquim Nabuco assim se expressava:

Tome-se, ao acaso, vinte ou trinta brasileiros em qualquer lugar onde se reúna a sociedade mais culta: todos eles ou foram ou são, ou hão de ser, empregados públicos; se não eles, seus filhos.²⁴

As classes poderosas, possuidoras de bens materiais e acesso livre às instâncias da aparelhagem estatal, fazem do poder um recurso escasso, acessível aos poucos de situação material privilegiada e de participação política regulamentada constitucionalmente. O privilégio contribui para agravar os desníveis sociais e fortalecer a fixação dos papéis sociais no cenário político, os que favorecem e os que são favorecidos, numa teia de personalismo que desconhece o ritual burocrático da função das regras estabelecidas²⁵ e do tratamento igualitário.²⁶ Fenômeno típico das sociedades com hierarquias rígidas, como era o caso da sociedade escravista brasileira.

²⁴ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 162-165.

²⁵ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1984, p. 142. v. 1.

Ter poder é ter acesso potencial a recursos escassos valorizados, e assim o poder em si mesmo se torna um recurso escasso. [...] Definamos, pois, o poder como o uso de recursos, de qualquer natureza, para assegurar resultados.²⁷

O exercício da política no Brasil do século XIX é tributário de um forte viés personalista, visível em todos os lugares e no sul de Minas não houve exceção.

Se os dois partidos políticos imperiais, na questão da organização institucional e jurídica do Estado, apresentavam diferentes concepções,²⁸ para a maior parte dos seus integrantes espalhados por todo o país, as lides políticas eram constituídas de miudezas, muito longe de qualquer concepção ideológica, institucional e politicamente coerentes. Afirmava Graham:

... os cidadãos se dividiam politicamente não por causa de lealdades partidárias, e muito menos por considerações ideológicas, mas por causa de laços pessoais, tornando as siglas dos partidos seriamente enganosas tanto em nível nacional quanto local. [...] “partido” significava apenas uma afiliação de deputados, e não um compromisso duradouro com um programa ou uma política.²⁹

O filiado ao partido Conservador, sobretudo nas localidades, adquire a sua identidade por ser contra o liberal e vice-versa. Não entrava na composição da militância adversária elementos que ultrapassavam as rixas e questões pessoais.

O que predominava era a lealdade à pessoa, não ao partido ou ao programa ... Os programas não mobilizavam o homem comum...³⁰

Amadeu de Queirós, ao falar da criação do partido Conservador em Pouso Alegre, no fim da década de 30, afirma que não foram as suas idéias e doutrina que

²⁶ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992, p. 13-25. Onde há favor, não se cria o tratamento igualitário, porque ele se liga ao apadrinhamento e proteção.

²⁷ GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 251 e 257.

²⁸ O assunto apresenta muita polêmica. Todavia, parece existir, realmente, pelo menos para um reduzido grupo de teóricos dos dois partidos, uma forma diferenciada de encarar a questão institucional do Estado. Conferir CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 155-174.

²⁹ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFJR, 1997, p. 198.

³⁰ Ibid., p. 204.

provocaram o acirramento da luta que levou ao assassinato de José Bento, mas o conflito de interesses pessoais, os rancores acumulados e a propensão à vingança.³¹

A freguesia de Ouro Fino, pertencente ao termo da vila de Pouso Alegre, viveu ao longo de todo o império, a divisão entre liberais e conservadores, mas ela é caudatária dos acontecimentos que se verificavam em Pouso Alegre, e não por qualquer motivo doutrinário. A racionalidade da política na freguesia é dada pelo apoio ou oposição a José Bento. Os primeiros militando no partido Liberal, os demais, no Conservador, seguindo a liderança do chefe, Antônio de Barros Melo.³²

Um artigo de jornal, editado na cidade de Campanha, de forma indignada e um tanto ilusória, pede a moderação da paixão política, que deveria ser substituída pelas idéias generosas, concluindo:

... substituição esta luta de ferro pela força do pensamento ... abandonem essa política pessoal, e não iludam o povo fazendo do oceano das ambições eleitorais surgir a voz da serêa.³³

Um apelo que nunca encontrou eco, nem poderia encontrar, em virtude do tipo de organização social e política da sociedade brasileira, fomentadora das relações de favor e patronagem.

O resultado deste tipo de exercício e vivência da política foi o uso e abuso da paixão política, da rotulação negativa do outro, das vinganças pessoais, das fraudes eleitorais, como meios válidos para a formação de clientelas e consagração do mando, do favor e da proteção como atitudes generalizadas e de amplo consenso.

Os jornais, as memórias e as atas eleitorais estão cheios de exemplos do uso de tais mecanismos.

Quando as funções públicas foram preenchidas em Pouso Alegre, logo após a aprovação da lei de 3 de dezembro de 1841, que reformulou a estrutura jurídica do país, os conservadores, hegemônicos na política nacional e provincial, ocuparam todos os cargos. Mesmo o cargo de vigário ficou nas mãos dos conservadores, dado ao padre José Pedro de Barros, profundamente ligado ao chefe do partido Conservador, Antônio de Barros Melo. O outro que concorreu no preenchimento do cargo de vigário era irmão

³¹ QUEIRÓS, Amadeu de. **O senador José Bento**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933, p. 83.

³² Cf. LEITE, Aureliano. **São Francisco de Pula de Ouro Fino**. 2 ed. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1941, p. 71. 82.

³³ Jornal **Planeta do Sul**, n 48, de 17 jun. 1866.

de José Bento, o padre Joaquim Daniel.³⁴ José Bento era senador do partido Liberal, profundamente intrigado com a oposição conservadora em Pouso Alegre. O seu irmão não teria a menor chance de ser o indicado. O domínio conservador em Pouso Alegre foi total, dando ensejo a perseguições implacáveis aos adversários.

Na eleição de 1840, em Campanha, para a escolha dos eleitores nas eleições primárias, ao perceber que os conservadores estavam em minoria no recinto, Bernardo Jacinto da Veiga, chefe dos conservadores, manobra e pressiona o juiz de paz para adiá-las. O juiz de paz inventa o pretexto de que precisava consultar o presidente provincial para resolver algumas questões cruciais sobre o procedimento eleitoral e encerra a sessão, para desespero dos liberais que nada podem fazer.³⁵

A qualificação de eleitores era um dos momentos mais fortes para o exercício do arbítrio, das perseguições aos adversários e vinganças. São comuns em todo o país as denúncias, de lado a lado, das qualificações fraudulentas, da exclusão de elementos que preenchiam os requisitos para a sua inclusão. Em Campanha denuncia um jornal:

As juntas municipais, criadas para discricionariamente organizarem as listas dos cidadãos aptos para votar... tiveram a mesma norma de conduta, qualificando somente os afeiçoados e dificultando a inclusão dos adversários ... Desde logo as juntas mostraram o seu espírito partidário... O partido, que se acha de posse do leme (Conservador) armou sua mão com exclusivismo, alijando seus contrários...³⁶

Armelin Guimarães, em seu livro sobre sua cidade natal, transcreve uma longa ata da eleição para vereadores do município de Itajubá, em 1868. Ela relaciona vários procedimentos que estão generalizados pelo país e que expressam a força dos personalismos e de tudo o que dele deriva, e que constituem a expressão normal da vivência política das pessoas. Era uma experiência cotidiana, inscrita na cultura política da sociedade, expressão normal e natural da fragilidade das instituições, das leis, da obediência às regras, próprias de uma sociedade como a brasileira, escravista, rural e patriarcal. Nessa eleição foram denunciados os seguintes procedimentos:

³⁴ QUEIRÓS, Amadeu de. **O senador José Bento**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933, p. 112-113.

³⁵ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1988, p. 113-114.

³⁶ Jornal **O Sete de Abril**, n 30, 27 out. 1876. O Jornal **O Sapucahy**, n 118, abr. 1867, da cidade de Campanha, denuncia severamente o presidente provincial, Saldanha Marinho, pelas arbitrariedades e pelo uso do poder de presidente para ganhar as eleições.

1 – Violência eleitoral: derrubada generalizada de pessoas que ocupavam cargos públicos e que não eram confiáveis. Prisões de adversários por qualquer pretexto. Uso do recrutamento como arma política.

2 – Ostentação de forças pelas guarnições armadas.

3 – Insegurança da guarda de papéis e livros relativos à eleição.

4 – Falta de lista eleitoral autêntica com a qualificação dos votantes.

5 – Falta de convocação dos votantes em tempo hábil, legal.³⁷

São os mesmos procedimentos que qualquer pesquisador vai encontrar ao se debruçar sobre o assunto. Richard Graham fez o mesmo e os encontrou quando analisou a atuação política no Brasil imperial.³⁸

E como disse o autor, a mudança de procedimento, o que suporia a transformação de toda a cultura política brasileira, exigiria profundas mudanças na estrutura da sociedade, e mesmo assim, como ele também alerta, não se deveria esperar por mudança súbita, pois esses procedimentos arraigados tenderiam a continuar, como ocorreu por longo período da história brasileira posterior ao império, e que ainda hoje podem ser vistos, apesar de mais de cem anos separar os dois momentos. Como não evocar, neste ponto, os sonhos de mudança acalentados por gerações de pesquisadores que se debruçaram sobre a realidade social e política do Brasil? Embora anelassem por objetivos diferentes e antevissesse realidades múltiplas, um Oliveira Vianna, um Sérgio Buarque de Holanda, um Caio Prado Júnior, entre tantos outros, seus escritos evidenciam as profundas raízes sociais do “fazer político” brasileiro e a necessidade de mudanças sociais como pressupostos para transformações políticas. A mudança social ocorre, sim. Mas, como asseverara Marx, ela tributária das circunstâncias presentes e herdadas, que tendem a se manifestar como fantasmas na nova realidade que se pretende criar. José Murilo de Carvalho, entre outros pesquisadores, mostra como a República intensificou o uso e abuso de procedimentos vindos do império. Ela que nasceu com a promessa de superá-los, mas que, já na definição do direito de voto e da cidadania, ao romper com a o sistema censitário (o indireto foi extinto com a lei Saraiva de 1881), incluiu a cláusula da exigência da alfabetização, reduzindo, ao lado de outras exclusões,

³⁷ GUIMARÃES, Armelin. **História de Itajubá**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 252-257.

³⁸ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFJR, 1997, p. 179-193.

o eleitorado brasileiro a menos de 10% da população. Não é sem sentido lembrar que, tanto no império, quanto na república, por muito tempo, a pirâmide de poder se sustentou sobre o seu vértice, numa lembrança do discurso de José Bonifácio, o moço, na câmara em 1881, quando a lei Saraiva reduziu o eleitorado brasileiro a cerca de um décimo do que era antes.

Essas formas de agir e encarar a vida social e política tinham raízes profundas. Vinham do tipo de sociedade que foi erigida no país ao longo do tempo. Uma experiência colonial de submissão à exploração mais mesquinha, realizada sob o trabalho escravo que penetrou no seu interior mais recôndito, condicionou sua forma de relacionar e encarar todas as questões, e formou suas expectativas. Tudo se realizou tendo como suporte o poder pessoal que emanava das autoridades e dos potentados. A experiência diária da população consolidou a convicção de que não possuía horizonte mais largo aquele que não dispunha de protetor. Proteger e receber proteção, duas direções de um mesmo processo: o poder pessoal, que só aceita submissão e se erige como árbitro do destino das pessoas. Ele cria uma teia de relacionamentos pessoais, baseados no mando, no favor, na busca de proteção, que implica em alto grau de perda de autonomia humana, porque se obriga a não ter vontade própria, ou a não manifestá-la. A sua vontade é a do protetor, que por sua vez, depende sempre de outro, mais poderoso, capaz de abrir espaços mais amplos para o exercício do clientelismo. Uma situação embasada no seio de uma sociedade egressa do colonialismo e da escravidão. É evidente historicamente que sempre é possível o antagonismo, a reação sob as mais diversas formas, mas que, no mais das vezes, se expressa sob a forma de reação pessoal mediatizada por sentimentos que dela não se descola.

Ao tornar-se madura economicamente, após a consolidação do seu perfil agrário, produtor de artigos voltados ao abastecimento, comercializados em várias praças, sobretudo no Rio de Janeiro, a sociedade sul-mineira mergulhou fundo nas lutas políticas que coincidiram com o momento de estruturação do seu perfil econômico. Lutas políticas muito envolventes, relacionadas ao momento histórico fundamental de construção da soberania interna e da institucionalização do Estado Nacional, que só se definiu na década de 40. As suas forças políticas se alinharam aos que professavam os ideais do liberalismo moderado e, mais tarde, quando esse grupo se esfacelou, aos regressistas. Elas sentiam-se participantes de uma missão histórica, a construção da Nação e do Estado brasileiros e negou apoio a todas as formas de aventureirismo, como

elas interpretaram as ações dos rebeldes, fossem restauradores ou exaltados. O suporte social dessa postura veio da sua forte ligação comercial com o mercado da Corte, da concordância com os pontos fundamentais que uniram os moderados: liberalismo nas relações econômicas externas, manutenção da ordem social tradicional alicerçada no trabalho escravo e na supremacia dos que tinham meios materiais de reprodução da riqueza, do privilégio e integridade física do país.

Quando o processo de institucionalização do Estado e da ordem se completou, as condições para o exercício pleno do poder pessoal e político desabrocharam. As experiências diárias de poder e das lutas políticas que atravessaram todo o período após a independência se inscreveram profundamente na consciência política dos poderosos e das pessoas comuns do sul de Minas. Elas reforçavam intuições e convicções que, por sua vez, retroagiam na práxis, formando um dique às formas alternativas de pensar e agir que não se coadunavam a elas, e que nem sempre estavam disponíveis. Reforçavam as ações e eram por elas reforçadas. Foi desta forma que se estruturaram as relações sociais na sociedade sul-mineira, reflexo das condições sociais existentes no Brasil como um todo e da sua experiência peculiar nos primeiros 40 anos do século XIX, quando, para ela, a história se acelerou. Essa forma de pensar e agir era o seu horizonte e nada indicava que pudesse mudar, se processos históricos muito fortes não a quebrassem. Processos esses que não ocorreram num horizonte de tempo bastante expressivo, permitindo a sua continuidade de décadas.